
II CONGRESSO ÉTNICO

RACIAL

DESCOLONIZAÇÃO EM TEMPOS DE RETROCESSO



OLHAR SOBRE A TRAVESILIDADE NO SISTEMA PRISIONAL EM UMA CIDADE DO TRIÂNGULO MINEIRO

Márcia Macêdo Costa, Maria Aparecida A. Satto Vilela

Universidade Federal de Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia.

marciamacedoh@hotmail.com, cidasatto@hotmail.com

Resumo

Este trabalho é fruto de uma experiência vivenciada como estagiária em 2015, em uma instituição prisional de uma cidade do Triângulo Mineiro, por meio das atividades desenvolvidas com os/as recuperandos/as sobre o tema opressão, apontando questões relacionadas ao preconceito e ao estigma no contexto prisional. Ressalta-se que no grupo em que foi desenvolvida as ações havia duas travestis. Tendo em vista a temática, o objetivo geral foi refletir sobre a dupla opressão de ser presa/travesti, uma vez que é negado o direito desta de ser chamada/tratada no feminino, assim como a cor da pele negra é uma marca, um estigma, em uma instituição prisional. Com esse intuito, embasou-se em pressupostos metodológicos de uma pesquisa qualitativa, utilizando-se de observação participante como instrumento de coleta de dados. Em relação ao referencial teórico, embasou-se em autores/as como Louro (2010), Peres (2009), Munanga (2006), dentre outros/as que possuem diálogo direto com o tema. Alguns dos resultados constatados revelam que na instituição há mecanismos velados de discriminação entre os recuperandos e colaboradores da instituição e que houve obstáculos no trabalho desenvolvido referente ao tema Opressão. As informações, portanto, foram insuficientes para elaborar análises mais significativas. Considera-se que existem outros caminhos para se discutir a temática, como identificar a percepção dos recuperandos, e também dos membros da instituição prisional em relação às travestis.

Palavras-chave: Opressão. Gênero. Identidade negra.

1. Introdução

Ao longo do curso de licenciatura em Pedagogia em uma instituição pública do Triângulo Mineiro, a autora desta pesquisa esteve envolvida com as discussões sobre Políticas Públicas, mas no 6.º período, ao cursar a disciplina ‘Escolas abertas à diversidade’, esta possibilitou o primeiro contato com a temática de gênero na universidade. Em 2014, a autora também participou do processo seletivo para o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à

II CONGRESSO ÉTNICO

RACIAL

DESCOLONIZAÇÃO EM TEMPOS DE RETROCESSO



Docência-PIBID, e passou a fazer parte do grupo de bolsistas do subprojeto Interdisciplinar, que contribuiu para que entendesse melhor sobre o tema e também sobre questões sociais, étnico-raciais, saúde e sexualidade que são importantes de serem abordadas nas escolas.

Nessa trajetória, ela identificou que o curso de Pedagogia trata sobre gênero e sexualidade de maneira muito tímida, pois de acordo com a ementa, a disciplina ‘Escolas abertas à diversidade’ deve tratar dos seguintes temas:

A diversidade na escola. Experiências de escolas abertas à inclusão. O educador e a diversidade cultural. A construção da escola para a diversidade. As políticas públicas atuais voltadas para uma sociedade inclusiva. Multiculturalismo crítico. Escola e cultura. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, 2009).

As questões de gênero e sexualidade são tratadas de forma indireta quando se estuda sobre ‘diversidade’, pois a palavra possibilita discussões a partir de muitas perspectivas, uma vez que é preciso analisar quais diferenças são consideradas pela sociedade em que vivemos. O termo diversidade abarca as questões étnico-raciais, as de gênero e sexualidade, as relacionadas às pessoas com deficiência, às condições socioeconômicas, aos grupos intergeracionais, dentre outros.

Nessa perspectiva, reconhecendo-se a importante função social da instituição escolar, faz-se necessário que, enquanto constituída de sujeitos históricos, ela contribua para mudanças na realidade social, minimizando o cenário de preconceitos contra negros/as, LGBTQTTTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis/ Transgênero/Transexuais e Intersexo), indígenas e mulheres, idosos/as e as classes economicamente desfavorecidas que sofrem exclusão e desrespeito quanto a seus direitos. A conjuntura escolar ainda é bastante desigual, preconceituosa, machista e homofóbica revelando o que ocorre no contexto social mais amplo, sendo necessário, portanto, a construção de formas de enfrentamento.

Contudo, ressalta-se que existem gestores/as e educadores/as que procuram gradativamente realizar um trabalho diferente. Tive oportunidade, graças a um convite, de ser chamada para estagiar em uma instituição prisional, de uma cidade do Triângulo Mineiro, com o intuito de continuar o trabalho da estagiária anterior que desenvolvia um projeto de leitura e também de alfabetização de jovens e adultos.

II CONGRESSO ÉTNICO

RACIAL

DESCOLONIZAÇÃO EM TEMPOS DE RETROCESSO



No começo, tive bastante dificuldade porque tudo era novo, como o espaço, o público e, principalmente, o que se referia à alfabetização de adultos, pois no plano curricular da Pedagogia tem apenas uma disciplina de 60 horas que contempla esse tema e ainda assim no último período. A estrutura do currículo do curso de Pedagogia em que estudei é dividida em três ciclos denominados: *os sujeitos fazedores de história, multiculturalismo e o respeito pelo diverso e tempos e espaços dialógicos em construção*. A disciplina de EJA se insere no terceiro ciclo:

O Ciclo 3: tempos e espaços dialógicos em construção corresponde aos três (ou quatro, no caso do curso noturno) últimos semestres letivos do curso e tem como objetivo proporcionar aos alunos a vivência da docência em suas múltiplas dimensões, compreendendo a formação do pedagogo com uma visão de totalidade da complexidade do processo educativo. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, 2006, p. 38).

A minha experiência na alfabetização restringia-se apenas ao ensino fundamental dos anos iniciais, com crianças em instituições escolares. A experiência que tive com jovens e adultos foi obtida a partir de um trabalho voluntário em cursinho pré-vestibular da Universidade, em que lecionava a disciplina de Sociologia. Então, durante a minha trajetória, não tive experiências em alfabetizar adultos, ainda mais em um sistema prisional.

A instituição pesquisada mantém cerca de 90 recuperandos¹ em regime semiaberto e aproximadamente 55 no regime aberto, que é a oportunidade de reinseri-los na sociedade, no mundo do trabalho, na família e na comunidade, auxiliando-os no processo de ressocialização.

Destaca-se que, inicialmente, tinha-se como intenção pesquisar as mulheres dos recuperandos, mas ao longo do estágio na instituição foram transferidas duas travestis do presídio comum e, durante o tempo em que permaneceram lá, nas intervenções feitas com o coletivo de recuperandos, percebeu-se o preconceito estabelecido, por parte de alguns, pelas ‘piadinhas’ com as travestis. A partir disso, começou-se a trabalhar o tema Opressão com o

¹ Recuperando é o termo utilizado pela instituição, de modo que valorize o ser humano enquanto pessoa que errou, tendo o intuito de quebrantar os adjetivos como: prisioneiro ou detento.

II CONGRESSO ÉTNICO

RACIAL

DESCOLONIZAÇÃO EM TEMPOS DE RETROCESSO



grupo, levando imagens de noticiários, reportagens, filmes, poemas que retratavam essa questão, tendo como intuito sensibilizá-los em relação à presença das travestis.

Desse modo, mudou-se o percurso do trabalho realizado pela identificação e, principalmente, pela preocupação com a realidade escolar e não escolar no que se refere ao assunto. Além deste contexto de ter duas travestis no sistema prisional, uma delas é negra, e os discursos sobre esta travesti negra eram mais fortes do que em relação à travesti branca.

De modo sucinto, ao longo desta pesquisa, trata-se sobre o que é ser travesti e negra, o que é corpo, identidade. Posteriormente, será apresentada a metodologia, os resultados e a conclusão, analisando-o no sistema prisional, partindo das vivências e experiências, tendo o intuito de identificar e desvelar os mecanismos do preconceito. Identificam-se diversas formas de preconceito no contexto prisional e como estas se desenvolvem na instituição.

2. Ser travesti

Nesta parte, pretende-se tratar sobre o que é ser travesti, tendo em vista o preconceito de gênero existente socialmente, uma vez que muitas vezes precisam modificar seus corpos para atender a um padrão feminino.

Ser travesti se contrapõe ao modelo moral, patriarcal e heteronormativo da sociedade, pois esta atravessa o elemento masculino e utiliza a feminilidade para serem mulheres. Peres (2009) afirma que travestis são

[...] pessoas que se identificam com a imagem e o estilo feminino, apropriando-se de indumentárias e adereços de sua estética, realizando com frequência a transformação de seus corpos, quer por meio da ingestão de hormônios, quer através da aplicação de silicone industrial e das cirurgias de correção estética e de próteses. (PERES, 2009, p.236)

Partindo desse pressuposto, a singularidade de ser uma travesti em um sistema prisional implica em reconhecer os direitos. Lembrando que, judicialmente, elas são ‘homens’, pois não são reconhecidas como mulheres, uma vez que estão inseridas no espaço prisional masculino.

Para Benedetti (2005, p. 18), “[...] travestis são aquelas que promovem modificações nas formas do seu corpo visando a deixá-lo o mais parecido possível com o das mulheres”.

II CONGRESSO ÉTNICO

RACIAL

DESCOLONIZAÇÃO EM TEMPOS DE RETROCESSO



Isso nos faz refletir que elas sofrem ao conviverem e serem confinadas em uma cela em que há homens, pois muitos podem não as aceita-las ou respeitá-las.

O não reconhecimento dos corpos das travestis na sociedade desdobra-se na justificativa de discursos como: “Quem nasce com a genitália feminina é mulher e quem nasce com o pênis é homem”, “ Deus criou o homem e a mulher, e isso é pecado”. Sabendo-se que é comum o preconceito com as travestis na sociedade civil, e que este trabalho irá pontuar uma dentre várias outras instituições sociais que também têm travestis e que, na maioria das vezes, são marginalizadas.

Dessa forma, o silêncio atravessa os conflitos de gênero no sistema penal e o mesmo sustenta o preconceito e a discriminação. Então, faz-se necessário entender sobre esse universo das travestis, concordando com Peres (2009, p.237, destaque do autor) sobre:

[...] a necessidade de uma ampliação de nossos universos de referências para que possamos ser mais respeitosos com as expressões das diferenças. Isto exige um trabalho pessoal de aproximação e diálogos com pessoas, valores e espaços que diferem de nós mesmos, de modo a diminuir as nossas ignorâncias e a produzir novos “modos de existencialização” em que a vida possa ser tomada como valor maior.

Nessa perspectiva, sobre a importância de se entender o outro, por meio da compreensão do que é alteridade, reflete-se sobre os motivos e as dificuldades de se respeitar o que é considerado diferente na sociedade em que vivemos. Estas e outras são indagações são pertinentes, pois notadamente a sociedade está sedimentada em fortes pilares da heteronormatividade, tendo o machismo como justificativa para o preconceito; por isso, é urgente realizar pesquisas e ações para desconstruir as formas de violência e discriminação social relativas a esse grupo, dentre outros.

Diante deste cenário, vale lembrar que as travestis no contexto geral da sociedade também sofrem discriminação em relação aos cuidados com a saúde, condições de trabalho, uso do nome social, uma vez que há falta de políticas públicas para melhor assegurá-las enquanto cidadãs. Com isso, a situação delas na sociedade torna-se vulnerável. A Lei nº 9.708, de 18 de novembro de 1998, apresentou mudanças, possibilitando acessibilidade para o nome social:

II CONGRESSO ÉTNICO

RACIAL

DESCOLONIZAÇÃO EM TEMPOS DE RETROCESSO



Art. 1.º O art. 58 da Lei no 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 58. O prenome será definitivo, admitindo-se, todavia, a sua substituição por apelidos públicos notórios.

Parágrafo único. Não se admite a adoção de apelidos proibidos em Lei. (BRASIL, 1998).

A lei não utiliza pontualmente o termo nome social, substituiu por “*apelidos públicos notórios*”. Provavelmente, para o estado o universo trans ainda não possui sentido real no arcabouço social, e essa condição se torna mais complexa se for acrescentada fatores étnicos/raciais.

3. Ser travesti e ser negra

O reconhecimento das diferenças quanto à cor, classe social, religião, gênero dentre outros, é um dos mecanismos para se identificar e combater o preconceito. O resgate da história/reconhecimento da identidade de pessoas negras é de extrema importância.

Ser travesti e negra num sistema prisional, significa que esse corpo está marcado por três situações: a cor da sua pele, a travestilidade e a marginalização social, uma vez que ela (travesti) cometeu um delito, o que, como consequência, levou-a a ser enclausurada, passando a ser, mais uma vez, estigmatizada.

Em relação à identidade negra, segundo Munanga (2006),

Os negros brasileiros de hoje são descendentes de africanos que foram trazidos para o Brasil pelo tráfico negreiro. Muitos deles são mestiços resultantes da miscigenação entre negros e brancos, negros e índios. No censo brasileiro, os mestiços são classificados como pardos, mas alguns deles, por decisão política ou ideológica, se consideram negros ou afrodescendentes. (MUNANGA, 2006, p. 18)

A citação remete a reflexões, sobretudo, à história do/a negro/a, de sua chegada ao Brasil, e de como aconteceu a miscigenação. Mas, não são todas as pessoas que têm acesso ao conhecimento sobre o nosso passado histórico, assim como à sua ancestralidade.

II CONGRESSO ÉTNICO

RACIAL

DESCOLONIZAÇÃO EM TEMPOS DE RETROCESSO



Ao possibilitar o acesso às informações históricas de diferentes etnias pelas pessoas, especialmente àquelas que se encontram encarceradas, à história do povo africano, sua cultura, crenças, religiões, música, alimentação, conhecimentos produzidos por este, valorizando as contribuições dos/as negros/as, rompe-se com o pensamento clássico. Ao compreender que estamos inseridos em uma realidade multirracial, o/a docente pode trabalhar com uma proposta pedagógica desvincilhada da visão hegemônica. Além disso, ao analisar sua percepção de ser homem/mulher, pode se despir de preconceitos de gênero e entender como essas relações são construídas e vivenciadas quanto à travestilidade em um sistema prisional.

4. Procedimentos metodológicos

A análise qualitativa pautou-se por meio de uma pesquisa bibliográfica, procedendo-se à seleção, levantamento de obras como livros, capítulos de livros, artigos impressos e *online*, e dissertações para a construção do referencial teórico sobre o tema da investigação.

A pesquisa foi realizada a partir de observações, contemplando a interação com as travestis pesquisadas. Por essa razão, ela se constituiu como observação-participante, pois, segundo Martins (2008, p. 25),

O papel do observador-participante pode ser tanto formal como informal, encoberto ou revelado, pode ser parte integrante do grupo social ou simplesmente periférico em relação a ele. Em um Estudo de Caso o pesquisador é formalmente conhecido, podendo ser, ou não, parte integrante do caso.

Com base nessa perspectiva, realizaram-se observações durante as atividades realizadas na instituição prisional em que a autora desta pesquisa estagiou. Analisou-se as duas travestis, denominadas neste trabalho por Lua, branca, funcionário de um órgão público, com ensino médio, e Sol, filha adotiva, profissional do sexo e que, no período da pesquisa, não havia terminado os anos iniciais do ensino fundamental. Percebe-se pelas características das duas, principalmente a de Sol, a importância de dar visibilidade e compreendê-las, neste trabalho, como sujeitas sociais.

II CONGRESSO ÉTNICO

RACIAL

DESCOLONIZAÇÃO EM TEMPOS DE RETROCESSO



5. Relato das atividades realizadas

O trabalho desenvolvido como estagiária, por uma das pesquisadoras, pautou-se pela temática opressão e teve sua gênese com a chegada das travestis na instituição prisional. Nas atividades tratou-se de racismo, gênero e classe social.

Neste texto apresenta-se o relato de uma dessas experiências, dentre outras atividades realizadas. A dinâmica consistia em que os/as recuperandos/as escolhessem cinco alternativas para que pudessem construir um mundo novo. As alternativas continham os seguintes personagens: um homossexual inteligente de 46 anos de idade; um sacerdote católico com 60 anos; um professor de 26 anos de idade, bonito, simpático e instruído; a esposa do professor com 25 anos, portadora do vírus HIV, que preferiam ficar juntos, no abrigo ou fora dele; uma prostituta jovem; um adolescente usuário de drogas; uma universitária que fez voto de castidade; uma enfermeira sádica; uma criança de cinco anos; uma mulher branca menopáusicas com excessivo desejo sexual; um médico impotente e uma excelente dona de casa, porém moralista e preconceituosa.

Antes de realizar o trabalho, mostrou-se para um membro da instituição que leu e pediu para que fossem retiradas 3 (três) alternativas: o homossexual inteligente de 46 anos de idade, a prostituta jovem e o adolescente usuário de drogas. Após a retirada destes personagens, pode-se prosseguir com as atividades. No decorrer da mesma, foi notória a participação dos/as recuperandos/as e eles/as justificaram a escolha de cada personagem. Mais uma vez, voltou-se ao tema de opressão, sobre a questão do preconceito com negros/as, as LGBTs, contra grupos religiosos etc. Percebeu-se que as travestis balançavam a cabeça concordando, sentindo-se contempladas pelo que era falado e apresentado pela estagiária.

Esse tema opressão foi o subterfúgio para que, de alguma forma, atingisse o objetivo que era sensibilizar os recuperandos quanto à compreensão e o respeito, independente das diferenças.

6. Resultados

II CONGRESSO ÉTNICO

RACIAL

DESCOLONIZAÇÃO EM TEMPOS DE RETROCESSO



No início das atividades na instituição como estagiária, a autora desta pesquisa designada para dar continuidade ao trabalho sobre leitura da estagiária anterior. Contudo, não conseguiu realizar tudo o que havia planejado, provavelmente pela alteração das atividades propostas, que eram as rodas de leituras com livros de literatura, e por não ter seguido o que estava prescrito.

Como educadora, diante daquela realidade que estava vivenciando, e que era impossível ignorar, fez com que propusesse e trabalhasse com o tema opressão. Entende-se, conforme destaca Freire (2005, p.71), que

Um educador humanista, revolucionário, não há de esperar esta possibilidade. Sua ação, identificando-se, desde logo, com a dos educandos, deve orientar-se no sentido da humanização de ambos. Do pensar dinâmico e não no sentido da doação, da entrega do saber. Sua ação deve estar infundida da profunda crença nos homens.

Ademais, a jornada como educadora e pedagoga foi como caminhar em um campo minado, pois, como estagiária, não seguiu veemente o que a ex-estagiária havia começado. Utilizou o livro “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos, para ser feita a leitura compartilhada, mas não era o que queria trabalhar, e ainda não estava satisfeita como os recuperandos se comportavam em relação à atividade. Estava estampada a insatisfação nos rostos da maioria. Diante desse cenário, começou-se a refletir sobre a postura como educadora, sobre as atividades e assim emergiu a ideia de trabalhar com o tema opressão.

O trabalho realizado não ficou restrito apenas às travestis. Buscou-se, a partir do diálogo em meio às rodas de conversa, aproximar-se da realidade dos recuperandos, como a desigualdade social, a questão étnico-racial e até sobre religião. Entende-se que

A diversidade nos demonstra, mais do que nunca, que a história e as lutas de um grupo cultural são atravessadas e contingenciadas por experiências e lutas conflitantes, protagonizadas por outros grupos. Por isso, temos de aprender, nesses tempos pós-modernos, a aceitar que a verdade é plural, que ela é definida pelo local, pelo particular, pelo limitado, temporário, provisório. Temos que estar atentos em relação ao caráter político de nossas ações cotidianas. (LOURO, 2010, p. 51).

II CONGRESSO ÉTNICO

RACIAL

DESCOLONIZAÇÃO EM TEMPOS DE RETROCESSO



De forma geral, não havia a intenção de desafiar a instituição, mas o trabalho realizado foi feito em função do que se compreende ser educadora e profissional da educação. Como estagiária e autora deste trabalho, aprendeu-se na disciplina de Estágio Supervisionado IV que não estava na instituição apenas para reproduzir o que era pedido, mas sim tentar construir algo que diferenciasse o trabalho e fizesse com que o público refletisse sobre a realidade.

Após algumas atividades realizadas, solicitaram-me que não prosseguisse mais com o trabalho com todos os recuperandos, e que ficasse apenas com a alfabetização. O motivo que deram foi a indisciplina destes, informando que não respeitavam a estagiária. Destaca-se que ninguém da direção participou das intervenções para ter chegado a essa conclusão.

Depois dessa mudança, o foco foi a alfabetização de alguns alunos, pois, segundo a direção, gostaram do trabalho realizado. Contudo, alguns recuperandos perguntaram quando levaria atividade ou exibiria algum filme, e que eles sentiam falta. Tem-se a convicção que, de alguma forma, eles passaram a compreender melhor a realidade em que estavam inseridos e os percalços que os levaram para a privação da liberdade.

7. Conclusão

Considera-se que a experiência na instituição prisional possibilitou conhecer os aspectos sobre o espaço não escolar e suas conjunturas. Entende-se que a educação escolar é de responsabilidade do Estado, dos/as profissionais da educação e da sociedade em geral, mas o/a docente é o/a principal mediador/a do processo ensino-aprendizagem.

É preciso pensar na educação como a capacidade de se cuidar da vida, da humanização das pessoas e da dignidade coletiva. A cada dia, esta se torna mais importante para a vida das pessoas e o papel do/a educador/a é inspirar o seu público a construir uma visão mais crítica, principalmente motivá-lo a desconstruir pré-conceitos.

Desse modo, precisa-se superar os desafios do presente para que seja possível construir caminhos alternativos na nossa sociedade e na educação. É necessário elaborar um projeto emancipatório que pretenda construir uma nova sociedade e uma educação diferenciada que vá além das desigualdades de classe econômica, das diferenças de gênero e sexualidade, de questões étnico-raciais, de religião, de política e do Estado.

II CONGRESSO ÉTNICO

RACIAL

DESCOLONIZAÇÃO EM TEMPOS DE RETROCESSO



Na instituição prisional pesquisada, existe uma série de ações que contribuem para que o/a sujeito/a se ressocialize, mas existem também as histórias, experiências, culturas que cada sujeito/a leva consigo para o interior desta. Não é um trabalho fácil, é árduo, mas gratificante, pois se tem a oportunidade de fazer algo para aquelas pessoas que, em sua maioria, tiveram o direito negado de ter uma casa, saúde de qualidade, segurança, conforto necessário para a família e, principalmente, uma educação com qualidade. Existem, além desses fatores, outros aspectos, como, por exemplo, o que o governo federal, o governo estadual e o município fazem. Não utiliza-se destes argumentos para justificar ou apoiar o que os recuperandos fizeram por serem presos, mas é precisa evidenciar que a estrutura social interfere e impacta na vida das pessoas.

Nesse sentido, o objetivo inicial foi tratar sobre a travestilidade e a dupla opressão de ser presa/travesti na instituição. De modo específico, esta pesquisa procurou compreender o trabalho desenvolvido no que tange à instituição prisional analisada, evidenciando o estigma referente ao/à recuperando/a, e o mecanismo de preconceito.

Constata-se que o preconceito está presente no interior da instituição prisional pelo próprio indivíduo encarcerado e fora dela, socialmente, pelas desigualdades sociais, étnicas, de gênero e sexualidade. Os recuperandos que se encontram em cumprimento de pena, são marginalizados aos olhos da sociedade que os rotula. Em relação às travestis Sol e Lua, essa marca é evidenciada pelos preceitos morais da sociedade conservadora, que os utiliza para justificar o preconceito para com elas.

II CONGRESSO ÉTNICO

RACIAL

DESCOLONIZAÇÃO EM TEMPOS DE RETROCESSO



Referências

BENEDETTI, M. **Toda feita**: o corpo e o gênero das travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FACULDADE DE CIÊNCIAS INTEGRADAS DO PONTAL. Ficha de disciplina. Escolas abertas à diversidade. 2007. Disponível em: <http://www.facip.ufu.br/sites/facip.ufu.br/files/Anexos/Bookpage/FICHA_EscolasAbertasDiversidade.pdf>. Acesso em: 03 out. 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. p. 71- 96.

_____. Lei nº 9.708, 18 de novembro de 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9708.htm>. Acesso em: 03 out. 2017.

LOURO, Guacira Lopes. Currículo, Gênero e Sexualidade: o “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. In: LOURO, G.L; GOELLNER S. V. (Orgs.). **Corpo, Gênero e Sexualidade**: um debate contemporâneo na Educação. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p. 29 - 52.

MUNANGA, Kabengele. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006.

PERES, Wiliam Siqueira. Cenas de exclusões anunciadas: travestis, transexuais e transgêneros e a escola brasileira. In: JUNQUEIRA, Rogério D. (Org.). **Diversidade sexual na educação**. Brasília: MEC, Unesco, 2009, p. 235-263.

PROGRAMA NOVOS RUMOS. APAC. Disponível em: <<https://www.tjmt.jus.br/INTRANET.ARQ/CMS/GrupoPaginas/105/1020/APAC.doc>>. Acesso em: 08 jan. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA/FACIP-CAMPUS PONTAL. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia**, 2007, p.35.